

Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução

Ivor Goodson

As explicações atuais sobre as matérias escolares advêm de duas perspectivas principais, a sociológica e a filosófica. As descrições sociológicas têm seguido uma sugestão feita em 1968 por Musgrove, no sentido de que os pesquisadores deveriam

Examinar as matérias tanto dentro da escola quanto na nação em geral, como sistemas sociais sustentados por redes de comunicação, por recursos materiais e por ideologias. Dentro de uma escola e dentro de uma sociedade mais ampla, examinar as matérias como comunidades de pessoas, em competição e em colaboração entre si, definindo e defendendo suas fronteiras, cobrando fidelidade de seus membros e conferindo-lhes um senso de identidade... inclusive a inovação que aparenta ser essencialmente intelectual na essência pode ser examinada de forma útil como o resultado da interação social...¹

Musgrove observou que “os estudos das matérias a esse nível mal e mal começaram, ao menos ao nível das escolas elementares e secundárias”.

Na verdade, alguns estudos feitos por sociólogos anteriormente às recomendações de Musgrove contêm revelações sobre as matérias escolares. O trabalho de Gramsci segue Marx em ver a educação numa sociedade capitalista como um “instrumento da classe dominante”. Por causa das relações de poder, Gramsci argumenta que algumas categorias de pessoas têm seu senso comum considerado como filosofia e outras não. Isso leva à asserção de que o conhecimento disponível a certos grupos bem colocados em termos de poder torna-se “conhecimento escolar”, enquanto que o conhecimento de outros grupos não.²

Um trabalho influente mais recente no campo da sociologia do conhecimento é o conjunto de artigos contidos no livro *Knowledge and Control*, organizado por M.F.D. Young em 1971. Os artigos refletem o argumento de Bernstein de que “a forma pela qual a sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia o conhecimento educacional que ela considera ser público, reflete tanto a

distribuição de poder quanto os princípios de controle social”.³ Da mesma forma, Young sugere que “a consideração das suposições que subjazem à seleção e à organização do conhecimento por aqueles que estão em posições de poder pode ser uma perspectiva frutífera para se levantar questões sociológicas sobre os currículos”.⁴ Essa ênfase leva a asserções gerais do seguinte tipo:

Os currículos escolares neste país envolvem a suposição de que alguns tipos e áreas de conhecimento são muito mais “válidos” que outros: de que tão logo quanto possível todo o conhecimento deve se tornar especializado e com a mínima ênfase explícita sobre as relações entre as matérias especializadas e entre os professores especialistas envolvidos. Pode ser útil, portanto, ver as mudanças curriculares como envolvendo definições cambiantes de conhecimento ao longo de uma ou mais das dimensões em direção a uma organização mais ou menos estratificada, especializada e aberta do conhecimento. Além disso, ver que à medida que supomos alguns padrões de relações sociais associados com qualquer currículo, essas mudanças sofrerão resistências na medida em que são percebidas como corroendo os valores, o poder e os privilégios relativos dos grupos dominantes envolvidos.⁵

O processo pelo qual “grupos dominantes” indeterminados exercem controle sobre outros grupos, presumivelmente subordinados, não é examinado, embora se ofereçam algumas indicações. Aprendemos que a autonomia de uma escola em questões de currículo “é na prática extremamente limitada pelo controle dos currículos da *sixth form*” (e portanto do ramo mais baixo) pelas universidades, tanto através de suas exigências de admissão quanto através da dominação de todas, exceto uma, as comissões de exame escolar”. Numa nota de rodapé, Young assegura que “não está envolvido aqui nenhum controle direto, mas antes um processo pelo qual os professores legitimam seus currículos através de suas suposições partilhadas a respeito do “que nós todos sabemos o que as universidades querem”.⁶ Essa concentração sobre a socialização dos professores como a principal agência de controle é adotada também em outros locais. Aprendemos que:

O sistema educacional britânico contemporâneo é dominado pelos currículos acadêmicos com uma rígida estratificação do conhecimento. Segue-se que se os professores e as crianças são socializados dentro de

*Uma das modalidades de prosseguimento de estudos após os 16 anos (idade até a qual existe a obrigatoriedade de freqüência à escola) para os jovens que não entram na universidade (N. do T.).

